

TERROR, TELEVISÃO, TELEMÓVEL

O PAPEL DOS MEDIA NO 11 DE MARÇO

Miguel Gaspar

A TELEVISÃO E O TERRORISMO: UM ENQUADRAMENTO

A conexão entre os *media* internacionais e o terrorismo remonta aos anos 70. As acções conduzidas pela Organização de Libertação da Palestina (OLP) em 1970, na Jordânia e, dois anos mais tarde, em Munique, mostraram como o recurso a acções espectaculares, estrategicamente concebidas para atrair a atenção dos *media*, podia conduzir à legitimação internacional de uma reivindicação política. Num texto escrito na década de 90, Philip Schlesinger afirma que estes dois atentados são «consensualmente reconhecidos como tendo contribuído para o reconhecimento internacional dos Palestínianos» (Schlesinger 1995, 239). O caminho iniciado em Amã, com a destruição, perante os jornalistas ocidentais, de três aviões de companhias aéreas ocidentais (a BOAC, a TWA e a Swissair), e continuado no ataque à delegação olímpica de Israel, em Munique, conduziu ao convite dirigido a Yasser Arafat, anos mais tarde, para discursar nas Nações Unidas. Sem essas acções, e o respectivo impacte planetário, provavelmente nunca se teria formado um consenso internacional quanto à legitimidade do estado palestiniano. Antes de todos, o presidente palestiniano, falecido no ano passado, compreendeu que acções simbólicas difundidas globalmente através da televisão podiam transformar o equilíbrio das relações internacionais. Isso significa que podemos atribuir ao movimento palestiniano a paternidade de uma matriz que a Al-Qaida actualizou, em função do desenvolvimento dos próprios *media* planetários e também enquanto expressão de um movimento cujas coordenadas históricas e ideológicas são significativamente diferentes das da OLP.

ATENTADOS GLOBAIS, PÚBLICOS GLOBAIS

Os atentados de 1970 e 1972 mostram a existência de estratégias especificamente destinadas à mediatização do atentado. Schlesinger recorda que a pista aérea abandonada foi baptizada pela OLP de «Aeroporto da Revolução». O atentado político incluía assim a *tagline*, um *sound bite* (expressão que não era usada em 1970) que definia uma moldura interpretativa do acontecimento. Através dessa ferramenta semântica,

a OLP não só enviava a sua mensagem como procurava contrariar a interpretação potencialmente negativa dos meios de comunicação de massas. A destruição dos aviões em Amã continha elementos novos mais do que suficientes para gerar a perplexidade. Era um atentado «não violento», no sentido em que a destruição evitava deliberadamente a perda de vidas humanas e incidia apenas sobre os aparelhos. E era um atentado encenado, com hora marcada, como se fosse um evento desportivo. O *ethos* do atentado político implicou sempre a surpresa e a consumação da violência para produzir um efeito de choque no Estado e na população. Em 1970, o elemento de choque consistia em mostrar a vulnerabilidade da aviação comercial, que passava a ser um alvo. Tal como no atentado às Torres Gémeas, de 2001, visou-se um objecto (o avião comercial) que simbolizava o poder tecnológico e cultural do Ocidente e houve uma *mise-en-scène*. Tal como em Setembro de 2001, a mensagem do atentado era o próprio atentado. O facto de o atentado ter existido e a inferência de que qualquer passageiro de qualquer avião comercial era um alvo eram mais importantes do que a destruição concreta produzida. Dois anos mais tarde, em Munique, a OLP atacava directamente o inimigo israelita. À escala dos anos 70, a existência do atentado produzia uma estupefacção próxima da gerada pelos atentados de 2001, no sentido em que mostravam a vulnerabilidade de uma

TAL COMO NOS ATENTADOS DE 2001, NO SETEMBRO NEGRO DE 1972 EXISTIU UMA PREOCUPAÇÃO ESPECÍFICA E CONSCIENTE QUANTO À AUDIÊNCIA TELEVISIVA QUE PODERIA ASSISTIR AO ACTO.

grande democracia ocidental, a Alemanha, e de um grande evento mundial, os Jogos Olímpicos. O impacte mundial era de novo mais importante do que o atentado em si. Tal como nos atentados de 2001, no Setembro Negro de 1972 existiu uma

preocupação específica e consciente quanto à audiência televisiva que poderia assistir ao acto. Essa preocupação, e não quaisquer considerações relativas às contigências práticas da consumação da operação, foi decisiva quanto à escolha do cenário.

Ao optar pelos Jogos Olímpicos, a OLP dirigia-se à maior audiência global possível, no contexto da televisão dos anos 70, a qual foi avaliada em 800 milhões de espectadores¹. Do mesmo modo, vinte e nove anos mais tarde, os atentados ao World Trade Center foram estruturados no sentido de garantir a transmissão em directo da segunda colisão nas torres pelo maior número de televisões possível (em função do efeito de contágio produzido pelas cadeias de televisão internacionais e norte-americanas nas cadeias nacionais, como aconteceu em Portugal) e ainda, eventualmente, com a preocupação – impossível de demonstrar – em realizar o atentado a uma hora do dia em que aquele fosse visto tanto na Costa Leste dos EUA como no mundo árabe, a vários fusos horários de distância. Se esta hipótese é verdadeira, então a audiência «árabe» seria mais importante do que a audiência da Costa Oeste, que dormia à hora dos ataques. Os acontecimentos mediáticos globais, como demonstrou Daniel Dayan, na análise à recepção do funeral de Diana no Reino Unido e no Egipto², dirigem-se a vários públicos e não a «um» público global. Sem este elemento, é impossível compreender as

estratégias de mediatização do terrorismo contemporâneo e, conseqüentemente, a extensão do seu impacto no edifício dos equilíbrios políticos globais ou a própria natureza da comunicação transnacional contemporânea. A grande diferença entre os acontecimentos dos anos 70 e o ataque aos Estados Unidos foi, obviamente, o directo televisivo.

É incalculável a audiência que testemunhou as colisões com as Torres Gémeas. De qualquer forma, o número não seria suficiente para caracterizar a extensão do traumatismo global. Os repetidos relatos jornalísticos do impacto dos atentados nos públicos infantis, mostram qual a dimensão dos efeitos do atentado, que decorrem da transmissão em directo do mesmo e da intensidade com que as imagens do choque foram retransmitidas nos dias seguintes.

A grande diferença entre 1972 e 2001, no plano mediático, é que nesse intervalo de tempo desenvolveu-se uma rede global de comunicações, liderada pela expansão da televisão por satélite e pela Internet e ocorreram profundas alterações nos universos televisivos locais de inúmeros países. A expansão de redes como a Eurovisão ou o lançamento do primeiro satélite de telecomunicações da história, o *Early Bird*, em 1965, abriram o capítulo da difusão transnacional de programas informativos e das transmissões internacionais na história da televisão. Casamentos reais, eventos desportivos e grandes proezas tecnológicas foram os acontecimentos privilegiados nessa era em que começa a construir-se, embrionariamente, uma audiência global. Em Portugal, a primeira reportagem recebida via Eurovisão é a do casamento do rei da Bélgica, em 1960, como relatam Lopes da Silva e Vasco Hogan Teves (Silva, Teves 1971, 166). Cinco anos mais tarde, é recebido em Portugal o primeiro programa da Mundovisão, reunindo 600 milhões de espectadores em todo o mundo. No ano seguinte, a transmissão do Mundial de Futebol, em Inglaterra, é um fenómeno televisivo sem precedentes em Portugal, e «terá sido esse um dos melhores períodos de sempre na venda de receptores de TV e de promoção de publicidade» (*Ibidem*, 165). Os mesmos autores recordam ainda que, em 1969, a RTP transmitira um total de 421 horas de informação (*Ibidem*, 181), o que equivale a 17,5 dias de emissão da SIC Notícias...

OS ATENTADOS ENQUANTO ACONTECIMENTOS MEDIÁTICOS

Casamentos reais, proezas tecnológicas e eventos desportivos são alguns dos tipos de acontecimentos que integram o género televisivo específico que Elihu Katz e Daniel Dayan designam de «acontecimento mediático». Em «A História em Directo» e em outros textos, estes autores analisaram acontecimentos televisivos como a viagem de Anwar El Sadat a Jerusalém, em 1979, ou a deslocação de João Paulo II à Polónia como exemplos de acontecimentos televisivos que tiveram um impacto directo na evolução da diplomacia e das relações internacionais. Estes acontecimentos curto-circuitam a diplomacia e «contribuem para transformar a diplomacia num exercício público» (Katz, Dayan 1999, 195), constituindo ainda um recurso para as chancelarias. Nos dois

exemplos referidos, eles contribuem para uma efectiva mudança política, tal como aconteceu na «Revolução de Veludo», na ex-Tchecoslováquia.

A lista dos acontecimentos mediáticos inclui ainda os funerais de Estado e os grandes debates eleitorais. Katz e Dayan escolheram dez destes acontecimentos internacionais como casos paradigmáticos para análise: os funerais de John F. Kennedy e de Lord Mountbatten, o casamento de Carlos e Diana, as viagens, já referidas de Anwar El Sadat e João Paulo II, os debates entre Kennedy e Nixon, as audiências do caso Watergate, as mudanças revolucionárias no Leste e os Jogos Olímpicos (*Ibidem*, 20). Todos estes acontecimentos (os quais têm os seus equivalentes a nível nacional) constituem-se como feriados da televisão, que interrompem a rotina, são pré-planeados e transmitidos em directo e celebram a reconciliação e não o conflito: «Estes são acontecimentos emocionantes que atingiram as maiores audiências da história do mundo. Uma regra de assistir acompanha a atmosfera desses acontecimentos» (*Ibidem*, 27).

A teoria dos acontecimentos mediáticos excluía, à partida, atentados terroristas, catástrofes ou conflitos armados, por esse tipo de acontecimentos não respeitarem as categorias que definem o acontecimento mediático como género. No entanto, devido à expansão das redes televisivas e das tecnologias de transmissão de imagem, os tipos de acontecimentos liminarmente excluídos por Katz e Dayan adquiriram uma capacidade magnética cada vez maior sobre as audiências, ofuscando eventualmente os próprios ritos de reconciliação entre o centro e a periferia que são os *media events*. E adquiriram, também eles, a capacidade de *reescrever a história instantaneamente*, que os autores atribuíam àqueles eventos. Esse problema da teoria dos acontecimentos mediáticos foi

SE O 11 DE SETEMBRO FOI UM ACONTECIMENTO MEDIÁTICO, O SETEMBRO NEGRO TEVE DE SE «ANCORAR» NUM OUTRO EVENTO MEDIÁTICO, OS JOGOS OLÍMPICOS, QUE GARANTIA ANTECIPADAMENTE A PRESENÇA DE UM PÚBLICO MUNDIAL.

aliás discutida pelos próprios autores em Portugal, em 2002, durante um encontro na Arrábida dedicado a esta temática, organizado por Mário Mesquita³, no sentido da necessidade de integrar acontecimentos disruptivos, de que o 11 de Setembro é o maior exemplo, no género dos acontecimentos mediáticos que

transformam a história. Vários tipos de acontecimentos podem portanto obter esse efeito, nomeadamente através da transmissão em directo.

Mas se o 11 de Setembro foi um acontecimento mediático, o Setembro Negro teve de se «ancorar» num outro evento mediático, os Jogos Olímpicos, que garantia antecipadamente a presença de um público mundial. No princípio do século, Gabriel Tarde definia como condição necessária para a existência de um público a consciência do olhar do outro que partilha a mesma mensagem e o mesmo discurso (Tarde 1901, 10) 800 milhões de pessoas partilhando a consciência de estarem a ver o mesmo programa ao mesmo tempo em distintas partes do globo constituíam, pela consciência da existência dos outros espectadores, um público global, sendo que essa pertença a um

público global se sobrepõe às diferentes condições culturais de cada segmento desse público. Retomamos aqui um conceito de Gabriel Tarde, em *L'Opinion et la Foule*, no sentido em que «a divisão de uma sociedade em públicos, divisão psicológica e que corresponde a estados de espírito, tende, não a substituir-se, sem dúvida, mas a sobrepor-se de forma cada vez mais visível e eficaz à sua divisão religiosa, económica, estética, política, em corporações» (Tarde 1901, 18). O público global começa a formar-se entre as décadas de 60 e 70 e adquire uma autoconsciência do seu estatuto assistindo em conjunto a diversos rituais televisivos, entre os quais os Jogos Olímpicos (e os eventos desportivos em geral), que se distinguem pela sua natureza cíclica.

TERRORISMO NACIONAL, TERRORISMO TRANSNACIONAL

No texto que começámos por citar, Philip Schlesinger analisa a relação entre o terrorismo, o Estado e a televisão, nomeadamente nos casos das várias organizações europeias, como as Brigadas Vermelhas, o Baader Meinhof, o IRA e a ETA. Todos esses casos têm apenas uma dimensão nacional. Schlesinger mostra como a acção do Estado limitando a liberdade dos *media*, como aconteceu na Grã-Bretanha e na Alemanha, acabou por conter a capacidade dessas organizações em obter os efeitos públicos que pretendiam. Nos casos de Itália ou da Alemanha, a capacidade real dessas organizações era limitada por não representarem nenhum conflito de natureza nacional, ao contrário do que sucede no Ulster ou no País Basco. Schlesinger descreve um conjunto de situações em que os governos impõem limites à acção dos *media*, refere que os *media* produzem os acontecimentos numa perspectiva legitimadora dos poderes instituídos, suprimindo ainda o relato dos actos de violência cometidos pelo Estado e colocando em evidência as histórias de interesse humano, em detrimento do contexto político dos acontecimentos. Estas estratégias funcionaram e impediram o IRA ou a ETA de conquistarem a atenção do público. A relação entre Estado, terrorismo e televisão é descrita nestes termos: «Dado o papel-chave que é desempenhado pela televisão na vida política e cultural dos nossos dias, é o *medium* que recebe mais atenção e torna-se um campo de batalha para aqueles que detêm o poder do Estado e aqueles que o combatem» (Schlesinger 1995, 236). Daniel Dayan caracterizou esta dinâmica introduzindo um novo conceito, o conceito de *gatebreaking*, por oposição ao conceito tradicional de *gatekeeping*⁴. Mesmo se enuncia a existência dos mesmos mecanismos de controlo e enquadramento dos acontecimentos nos casos transnacionais (como o da OLP) e nos casos nacionais, Schlesinger deixa em aberto este problema: como explicar que os palestinianos tenham obtido um reconhecimento, mesmo que limitado, às suas aspirações à independência e que o mesmo não tenha acontecido, por exemplo, com os bascos ou o IRA? A resposta a esta pergunta transcende o âmbito desta análise, mas permite admitir a hipótese de que a capacidade de acontecimentos mediáticos de vários tipos, incluindo as acções terroristas, alterarem a agenda dos acontecimentos pode acontecer num domínio transnacional e não num domínio nacional. Admitindo esta perspectiva, a capacidade de

afectar a agenda internacional através de actos terroristas, dando-lhes projecção mundial, é uma invenção e, eventualmente, um exclusivo do mundo árabe, que decorreria eventualmente do conceito de identidade histórica desta cultura e da relação antinómica com o Ocidente que existe no seu interior. Em todo o caso, Yasser Arafat e a OLP foram pioneiros de uma visão transnacional (incluindo a visão de uma audiência global) que os movimentos terroristas europeus (e outros) nunca geraram. Não enuncio esta ideia no sentido de atribuir à autoconsciência da cultura árabe uma qualidade maléfica singular, mas sim para sublinhar que a capacidade de perspectivar uma acção política de alcance transnacional através dos *media* não nasceu na nossa cultura (que teoriza essa questão) mas fora dela. A OLP precede, nesse sentido, o uso das estratégias de *gatebreaking* ou adopção de uma acção política internacional centrada no uso da televisão, instituída no Ocidente por organizações de que a Greenpeace e o movimento ecologista surgido na segunda metade dos anos 70 são paradigmáticos.

0 11 DE MARÇO: TELEMÓVEL VS TELEVISÃO

O 11 de Março de 2003 ficou gravado na história como mais um dia do triunfo da infâmia. A 600 quilómetros de Lisboa, as bombas explodiam na madrugada fria de Madrid. Às 7.02, a pivô do programa «Bom Dia», da RTP, dá a primeira notícia sobre os atentados⁵. Como nas primeiras horas do 11 de Setembro, tudo é confuso para os jornalistas. As imagens começam a surgir às 7.30. Ainda não se sabe bem o que aconteceu, mas a intervenção do correspondente em Espanha, Cesário Borga, contém já as linhas do que será discutido nos quatro dias seguintes: a ETA é a suspeita do costume e o tema de reflexão é já o impacte dos atentados nas eleições marcadas para daí a três dias. À hora dos atentados, José Rodríguez Zapatero toma o pequeno-almoço na TVE. A quente, também acusa a ETA. Durante o dia, todos os partidos reagem do mesmo modo. Há incómodo na Catalunha por causa da polémica da «trégua» da ETA, que penaliza potencialmente os socialistas. Apenas o dirigente basco Otegi refuta a acusação.

CONSENSOS, CONSPIRAÇÕES

A violência do atentado suspendeu a realidade. Tudo o que era válido na véspera deixou de o ser. Uma carnificina sem paralelo acaba de acontecer. Se a responsabilidade é da ETA, perdurará na história uma marca que inevitavelmente manchará para sempre todos os bascos. O Aznar que prepara a estratégia de reacção à chacina sabe que os seus oito anos de governo, os primeiros em Espanha de uma direita pós-franquista, já não serão recordados como tempos de prosperidade mas sim pela mortandade de Atocha.

De um modo geral, os *media* apostam na tese da ETA. Há o antecedente da descoberta, dias antes, próximo da capital, de uma enorme quantidade de explosivos da organização separatista. A tentação de influenciar a eleição é consistente com as intenções da ETA. Nos dois dias após os atentados, o consenso em torno da tese da ETA generaliza-se. À hora do almoço, José Maria Aznar faz o telefonema, sem paralelo, para os directores

dos jornais. É o *El País* que destaca em manchete o nome da ETA, enquanto o *El Mundo* mantém-se prudente. As gigantescas manifestações do dia 12 não teriam sido possíveis sem esse consenso. Essas manifestações, em si mesmo um enorme *media event*, têm precedentes em Espanha. No passado recente, as massas saíram à rua contra o terrorismo basco e contra o envolvimento espanhol no Iraque. Desta vez, foi de novo o repúdio pelo terror que levou os cidadãos a responder numa clara e corajosa afirmação pela democracia, que anula politicamente os atentados.

A teoria da conspiração sobre a «tese da ETA», que prevaleceu na memória do pós-11 de Março, ignora a evidência de que, em função dos antecedentes, esta seria a teoria que iria prevalecer e dominar a opinião dos *media*,

das forças políticas e da população em estado de choque. É preciso ainda lembrar que a «tese da ETA» permitia ao Governo mobilizar o consenso, mas tinha o factor negativo de mostrar que a política anti-terrorista do Executivo falhara por completo.

O AZNAR QUE PREPARA A ESTRATÉGIA DE REACÇÃO À CHACINA SABE QUE OS SEUS OITO ANOS DE GOVERNO JÁ NÃO SERÃO RECORDADOS COMO TEMPOS DE PROSPERIDADE MAS SIM PELA MORTANDADE DE ATOCHA.

Estes são os elementos esquecidos do encadeamento de quatro acontecimentos sucessivos e todos eles sem precedente, no espaço de apenas 96 horas: os atentados (11-M), as maiores manifestações de sempre do país (12-M), as manifestações do dia de reflexão (13-M) e o acto eleitoral que consagrou Rodríguez Zapatero (14-M). Recorro aqui à grafia usada pelos *media* espanhóis para identificar estas datas. A expressão «11 M» foi introduzida horas após os atentados, estabelecendo uma analogia com o 11 de Setembro (conhecido em Espanha por 11-S, uma derivação do 9/11 norte-americano), que podia ser lida como significando a universalidade do terror, equiparando a ETA à Al-Qaida. É muito importante notar que o elemento linguístico que significou a unidade contra o terror era um ícone: o laço negro, omnipresente na televisão e nas ruas. O laço pode ser facilmente reproduzido pelos cidadãos e contextualizado discursivamente de inúmeras formas.

O facto de ter existido, nos primeiros dias, um consenso alargado quanto à interpretação dos acontecimentos, que transcendia o Governo, não significa que não tenha existido uma enorme tentativa de manipulação dos eleitores, em particular através da TVE. O primeiro passo é uma conferência de imprensa do ministro do Interior, Ángel Acebes, na manhã de 11. Reagindo às declarações de Otegi, Acebes lança uma violenta acusação contra a ETA, apoiando-se apenas em antecedentes. Mas a tese alternativa, a tese da Al-Qaida, é enunciada pelos jornalistas que perguntam ao ministro qual o motivo pelo qual descarta a hipótese islâmica. As palavras de Acebes não podem ser apenas lidas quanto ao seu texto. As intervenções televisivas de um falante (nomeadamente as feitas em directo, como esta) implicam uma análise pragmática. Como afirma John Searle, «toda a comunicação linguística implica actos linguísticos. A unidade da comunicação linguística não é, ao contrário do que se supõe, o símbolo, palavra ou frase, ou mesmo a

marca de um símbolo, palavra ou frase, mas antes a produção de um símbolo ou palavra ou frase na *performance* de um acto de fala. Uma teoria da linguagem é uma teoria da acção (no sentido em que se refere a um comportamento determinado) (Searle 1962, 16). Assim, a análise do sentido de uma frase divide-se na análise do sentido das frases e na análise do uso destas em situações discursivas. No entanto, estas duas perspectivas não são postas: «[Elas] relacionam-se porque para cada acto de fala possível, existe um conjunto possível de frases ou conjuntos de frases que, ao serem enunciadas literalmente num contexto particular, constituem a *performance* desse acto de fala» (Ibidem, 19). Assim, os actos de fala são uma função do significado da frase.

Acebes disse: «Não temos dúvida nenhuma de que foi a ETA.» O gesto, o tom, o modo de olhar a câmara são os de quem dirige uma acusação. Quem assistiu, a essa hora, guardou a segurança da afirmação, feita sem hesitar. Dois dias mais tarde, quando a Cadena Ser revela que a Secreta explora a pista islâmica, o mesmo governante está na televisão a anunciar a detenção de militantes islâmicos. A confrontação entre as duas situações apenas pode conduzir ao descrédito do falante. Nas análises ao 11 de Março, nomeadamente as conspirativas, esquecem-se algumas características particulares desta situação. Num país atingido por um atentado desta dimensão, o Governo tem uma *performance* a cumprir: ele é

o ponto de ligação entre todos os envolvidos (que eram todos os espanhóis). Tem de evitar o pânico e reinstaurar a lealdade ao sistema cuja coesão foi objecto de uma ameaça. As manifestações, enquanto acto mediático legitimador, na aceção de Katz e Dayan, tiveram essa função. A simples enunciação de uma certeza e a negação

A SIMPLES ENUNCIACÃO DE UMA CERTEZA
E A NEGAÇÃO DESSA CERTEZA, EM POUCO MAIS
DE 48 HORAS, MOSTRAVAM QUE O GOVERNO
NÃO ESTAVA A SER COMPLETAMENTE HONESTO
NA GESTÃO DA CRISE E ISSO, SÓ POR SI,
ERA MUITO GRAVE.

dessa certeza, em pouco mais de 48 horas, mostravam que o Governo não estava a ser completamente honesto na gestão da crise e isso, só por si, era muito grave.

A teoria da conspiração ignora também que o Governo Popular não precisava de estar a esconder nada para lançar a campanha de manipulação que efectivamente lançou, através da TVE e dos telefonemas de Aznar para os jornais ou da mensagem da ministra dos Estrangeiros, Ana Palácios, aos embaixadores, pedindo-lhes que acusassem publicamente os separatistas bascos. Não se deve confundir uma análise dos procedimentos comunicacionais com a responsabilização política e moral, reificando a existência da mentira. A mentira existiria sempre, houvesse ou não algo a esconder. Pertence a outro tipo de análise saber em que momento Aznar teve provas e as escondeu. Neste ponto queremos chamar a atenção para a postura da TVE, que foi central ao longo da crise. Essa manipulação não ocorre no primeiro ciclo mediático deste acontecimento, a que chamaremos o momento *big bang*. Este apenas se esgota quando a contagem dos mortos estabiliza. Nas primeiras horas, a televisão tenta ligar informações dispersas, mobiliza repórteres para todos os cenários da acção; a atenção está concentrada no

acontecimento em si. A meio da tarde, já depois de todos os partidos se terem pronunciado, com as manifestações de 12 convocadas por Aznar e a campanha eleitoral cancelada, a emissão muda de natureza. Deixa de acompanhar o fluxo dos acontecimentos para se concentrar numa emissão de estúdio, conduzida pelo director de informação nomeado pelo PP, Urdaci. Em apenas uma hora, são emitidas duas vezes as mesmas reportagens sobre a ETA e as vítimas da ETA (no caso, surgiam os familiares de um autarca popular assassinado pelos separatistas). Mariano Rajoy, o candidato popular, é o único político entrevistado em estúdio nessa fase do «arrefecimento» do big bang. É nesse dia, no entanto, que é divulgada a existência de uma cassete com versículos do Corão. Acebes admite uma segunda pista de investigação, mas mantém a sua certeza. A TVE também. A estratégia consistia claramente em construir uma interpretação favorável ao interesse eleitoral do PP.

O 11 DE MARÇO NAS TELEVISÕES INTERNACIONAIS

Escreveu-se frequentemente que a TVE escondeu o que os *media* internacionais mostravam. Isso era também ouvido nas ruas, nas manifestações de 13 M. No entanto, a postura dos principais canais internacionais de notícias ou das principais estações europeias ia no sentido de aceitar as duas versões, sem nunca contestar a legitimidade das posições oficiais. A análise aos noticiários destes canais (nomeadamente a Sky News, a BBC, a Euronews, a CNN, a RAI e a TV5) mostra sobretudo que muitas destas estações tiveram dificuldade em interpretar correctamente os acontecimentos, por deficiências que se prendem com a língua castelhana e o desconhecimento da realidade espanhola. Nesse sentido, os canais portugueses tinham a vantagem da proximidade (os jornalistas portugueses conhecem o site do El Mundo). Em várias situações – nomeadamente nas manifestações de dia 13 ou no momento da vitória do PSOE, a 14 – a televisão portuguesa mostrava o que a TVE escondia no mesmo momento (quando os socialistas admitiram, a SIC Notícias transmitiu em directo, enquanto a televisão pública espanhola estava a dar notícias desportivas).

As manifestações de dia 12 foram transmitidas em directo em muitos desses canais (BBC, Sky, Euronews), que as projectaram mundialmente. Porém, mesmo nos *media* europeus o 11 de Março nunca teve uma densidade mediática equivalente à do 11 de Setembro. Não havia imagens em directo, Madrid não é um centro global como Nova York, o número de vítimas era inferior e não havia uma certeza quanto aos autores. As cadeias norte-americanas, em vez de potenciarem a projecção global do acontecimento, como em 2001, tinham agora dificuldades de interpretação. Assim, no dia 13, a CNN transmite em directo a declaração do ministro do Interior anunciando a detenção de militantes islâmicos, mas falha a notícia. A apresentadora explicou que não tinham um tradutor disponível. Paradoxalmente, nesses dias, os oráculos da estação tiveram várias vezes oráculos escritos em castelhano... A comunicação global não é o conhecimento global. Para além desta deficiência por falta de proximidade, houve estações que

tomaram uma posição em defesa do governo de Aznar, sustentando a tese da ETA contra a da Al-Qaida. Foi esse o procedimento da RAI, por razões políticas fáceis de compreender. No entanto, esta relativa desvalorização dos atentados, que limitou o impacto mediático dos mesmos, passou também pelo facto de a Espanha não ser uma «nação de elite». Johan Galtung e Mari Runge desenvolveram a teoria de que a estruturação do noticiário internacional tem uma escala de «noticiabilidade» que define a magnitude da informação, medida em termos de valores-notícia. No topo da hierarquia, os autores identificam as notícias sobre pessoas de elite em nações de elite e as notícias negativas sobre nações de elite, as notícias sobre pessoas de elite e os escândalos envolvendo pessoas de elite. Galtung e Runge afirmam que «praticamente não é necessário fazer uma análise de conteúdo para substanciar a asserção de que estas quatro categorias representam uma fracção considerável das notícias apresentadas pelos jornais na maior parte do mundo» (Galtung e Runge 1999, 72). Este é o princípio pelo qual se explica que o julgamento de O. J. Simpson tenha sido transmitido em directo para todo o mundo e os massacres no Ruanda tenham sido ignorados. A estrutura do noticiário internacional traduz uma hierarquia relativa à influência das nações. A condenação moral universal do terrorismo não foi mais forte do que este factor. Um exemplo deste nivelamento é a mensagem aos espanhóis de George e Laura Bush, numa entrevista concedida à TVE. O tom do discurso do casal Bush era pouco político, minimizava a hipótese Al-Qaida e a entrevista era conduzida com o formalismo típico de uma entrevista destinada à imprensa cor-de-rosa. O resultado era uma mensagem paternalista, desvalorizando a dimensão política que provavelmente terá sido interpretada como uma prova de que a teoria da conspiração estava certa. Do ponto de vista americano, terá havido a sensação

A POSTURA DOS CANAIS INTERNACIONAIS MUDOU SIGNIFICATIVAMENTE APÓS EXISTIR UMA CERTEZA DE QUE O ATENTADO ERA DE ORIGEM ISLÂMICA. ATÉ ESSE MOMENTO, O 11-M ERA UM ASSUNTO «INTERNO». SÓ DEPOIS SE TORNOU NO PRIMEIRO ATENTADO ISLAMITA NA EUROPA.

de terem sido muito generosos com um país governado pelo «José» (Maria Aznar) e onde se diz «olé!», que não é uma «nação de elite».

A postura dos canais internacionais mudou significativamente após existir uma certeza de que o atentado era de origem islâmica.

Até esse momento, o 11-M era um assunto «interno». Só depois se tornou no primeiro atentado islamita na Europa. Assim, os *media* internacionais não foram os depositários da verdade que a TVE escondia, repetindo aliás um procedimento de ocultação pelo qual fora muito criticada durante a crise do *Prestige*. A ideia de que os *media* internacionais diziam a verdade era o contraponto à sensação asfíxiante produzida pela programação da televisão pública, que manteve o enfoque na pista basca até à noite de Sábado. Esse enfoque traduziu-se não só na informação mas também na programação, aumentando o sentimento de asfixia. O precedente do *Prestige* tornava a manipulação perceptível (e, necessariamente, imperdoável, dada a gravidade única dos acontecimentos) aos olhos de muitos espectadores.

O reconhecimento da existência desse sentimento de falta do Governo surgia como um dos leitmotiv dos *media* na noite da vitória do PSOE. Duas teorias emergiram da imprevisível sequência de acontecimentos de Madrid: a de que o PP havia sido condenado por Atocha ser a consequência do envolvimento indesejado da Espanha no Iraque e a de que a derrota do PP fora a vitória do medo do terror. Ambas as teorias são morais e implicam a ideia de que um resultado eleitoral é o resultado da resposta de um todo uniforme. Outra teoria então surgida explicava a derrota dos Populares como uma simples consequência da diminuição da abstenção. Os resultados da votação mostraram uma quebra pronunciada da abstenção no País Basco e na Catalunha, que votaram para evitar que a história de Atocha fosse escrita por um PP vencedor; mas os Populares também perderam votos – cerca de 700 mil – numa eleição muito participada e para a qual eram à partida favoritos.

O que fez mudar a opinião dos eleitores entre 11 e 14 de Março é a questão fundamental. A hipótese mais plausível é a de uma deslegitimação do Governo por um público que reconheceu na postura da TVE a mensagem do Estado e não aceitou a mentira num momento de choque nacional que se revestiu de uma dimensão ritual e sagrada, nomeadamente nas manifestações de 12. A manipulação através dos meios de comunicação de massa falhou e acelerou eventualmente o reconhecimento de uma postura inaceitável do Governo. A desinformação era reconhecida, como dissemos, enquanto repetição do procedimento assumido durante a *maré negra* na Galiza.

Essa falência da televisão como instrumento de legitimação coincidiu com a irrupção, a 13 M, de um tipo de movimento novo, a manifestação «espontânea» de 13 de Março em toda a Espanha. Uma réplica das manifestações da *véspera*, convocadas e transmitidas pela televisão, que se diferenciava por ter sido

convocada através de mensagens de SMS.

Em vários sentidos, foi o telemóvel e não a televisão de massas o *medium* dominante nesta crise. Os acontecimentos ocorridos entre 11 e 14 de Março podem ser vistos como um confronto entre uma velha tecnologia, a televisão, e as novas tecnologias de

comunicação, em particular o telefone móvel. Os telemóveis foram a arma usada para desencadear as explosões, forneceram pistas aos investigadores e foi por telemóvel que chegou a uma rádio de Madrid o único relato em directo de uma deflagração. Mas, sobretudo, os telemóveis permitiram a convocação instantânea de manifestações que não aceitaram a tregua do dia de reflexão (também violada por Mariano Rajoy, através de uma entrevista ao *El Mundo*, publicada nessa data) e se prolongaram pela madrugada. À uma da manhã, Cesário Borge, da RTP, foi encontrar no centro histórico da capital uma manifestação que não parara de crescer desde o meio da tarde.

OS ACONTECIMENTOS OCORRIDOS ENTRE
11 E 14 DE MARÇO PODEM SER VISTOS
COMO UM CONFRONTO ENTRE UMA VELHA
TECNOLOGIA, A TELEVISÃO,
E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO,
EM PARTICULAR O TELEFONE MÓVEL.

A crise provocada pelos atentados cruzava-se com a nova subcultura urbana que Howard Rheingold descreveu em *Smart Mobs: The Next Social Revolution*. As *smart mobs* «consistem em pessoas capazes de agir concertadamente, mesmo que não se conheçam mutuamente» (Rheingold 2003). O SMS é o *medium* preferencial, mas não exclusivo, dessa capacidade de agir concertadamente. A ferramenta tecnológica usada é secundária; o importante é o facto de estas «multidões inteligentes» «serem animadas por uma nova forma de organização social, a rede» (*Ibidem*, 163). Segundo Rheingold, estas multidões emergiram em situações como o cerco à reunião do World Trade Center, em 1999 (a «Batalha de Seattle»), ou quando manifestações convocadas por SMS levaram à deposição do Presidente Estrada, nas Filipinas, em 2001. Mas também estão ligadas a um protesto de consumidores contra o aumento súbito dos preços da gasolina, no Reino Unido, em 2000. Estas multidões podem assumir diferentes formas. Podem ser espontâneas ou provocadas mas, em qualquer dos casos, o modo exponencial de divulgação das mensagens torná-las-á caóticas. As *smart mobs* praticam o que Rheingold designa de *netwar*, um conceito definido por John Arquila e David Ronfeldt. Ou seja, um tipo de conflito em que os protagonistas são pequenas unidades móveis, que podem ser activadas ou desactivadas a qualquer momento, estão organizadas em rede (ou seja, sem um «centro» decisor) e utilizam as tecnologias da informação. Na «batalha de Madrid», a 13 de Março, a rede potenciou a mobilização de manifestações em todo o país. Os manifestantes eram eles próprios os «jornalistas» que relatavam as manifestações em directo, colocando informações e imagens em sites na Internet ou enviando-as por telemóvel. O 12 de Março fora uma típica manifestação de uma sociedade de massas unificada por uma só mensagem – a televisão. O 13 de Março foi o duplo das manifestações do dia anterior e exprimia a atitude de uma sociedade organizada em rede, recorrendo a meios de comunicação bidireccionais.

Os relatos televisivos em directo mostraram uma multidão politizada e radical, cujos slogans visavam directamente o envolvimento da Espanha no Iraque e que acusavam explicitamente Aznar e o PP pelos atentados de dia 11. Não eram a expressão de uma «vontade silenciada», à moda de Rousseau, mas membros de subculturas concretas que procuraram aglutinar o máximo número de pessoas em torno de um protesto surgido do nada numa questão de minutos.

Qual terá sido o peso destas manifestações no processo que levou a uma mudança no sentido do voto do eleitorado? A resposta a essa pergunta é sem dúvida difícil de obter. O importante é ter acontecido um protesto político de um tipo inteiramente novo que, segundo Rheingold, representa apenas o primeiro passo de uma transformação mais geral:

«Entre 2000 e 2010 a rede social das comunicações móveis será interligada com o poder de processamento de informação de computadores pessoais em rede. A massa crítica emergirá algum tempo após 2003, quando mais aparelhos móveis do que computadores pessoais estiverem ligados à Internet. Se o período de transição em que entramos na

primeira década do século XXI lembra o advento do computador pessoal e da Internet, esta nova tecnologia tornar-se-á num *medium* inteiramente novo [...]. A Internet móvel quando realmente chegar não será apenas um modo de fazer coisas antiquadas enquanto nos movemos. Será um meio para fazer coisas que não podiam ser feitas antes» (Rheingold 2003, XIV).

CONCLUSÃO

Nenhuma das situações que procurámos descrever e enquadrar nos dá uma resposta fácil às questões éticas e políticas levantadas pelo 11 de Março e pelo modo como um atentado terrorista conseguiu efectivamente influenciar uma eleição no sentido favorável aos autores do atentado, que desse modo abriram uma brecha diplomática relevante na coligação montada pelos Estados Unidos no Iraque. Procurámos demonstrar que todos os episódios mediáticos que se desenvolveram nos quatro dias de Março possuem uma complexidade própria que nos permite dar respostas quanto a questões concretas relativas a cada parte deste encadeado de acontecimentos. Entre estas incluo o atentado como acontecimento mediático destinado a pressionar o Estado, a manipulação dos meios de comunicação de massa pelo Governo, as manifestações consensuais de 12 de Março, a atitude de reserva dos *media* internacionais perante uma nação «secundária» e, finalmente, a irrupção das manifestações caóticas de 13 de Março. O modo como o atentado influenciou a opinião pública só poderia ser apurado através de estudos de opinião exaustivos. Podemos aqui descrever, sucintamente, como se desenvolveram processos comunicacionais que levaram à descredibilização do Governo e da tentativa de manipulação coordenada por este e à emergência de grupos de protesto agindo em rede através de tecnologias móveis. Cada um destes instantes mediáticos constitui o processo complexo que separou as deflagrações do resultado final da eleição. Acredito que os efeitos cruzados destes processos foram contingentes, mas os processos em si não o são. E poderão repetir-se. A lição de Março é que, nas sociedades ocidentais, o poder dos meios de comunicação de massa é desafiado por pequenas unidades que recorrem a tecnologias móveis bidireccionais, as *smart mobs*, as quais podem servir o melhor como o pior dos fins. Este novo universo é parte intrínseca da recepção e organização das mensagens dos *media*. Em suma, o atentado de Madrid prova que o modo como a violência terrorista (ela própria uma forma de *netwar*) afecta as sociedades democráticas mudou e que os velhos sistemas de legitimação através dos *mass media* estão fragilizados. R1

NOTAS

¹ O número é avançado por Schlesinger no texto citado [p. 239].

² Em «Madame se meurt... Des Publics se Construisent. Le jeu des médias et du public aux funérailles de lady Diana», texto dedicado às atitudes dos públicos no funeral de Diana Spencer.

³ «Os Acontecimentos Mediáticos, a Televisão e a Sociedade Civil», de 7 a 10 de Julho de 2003. Esse foi o tema da conferência de Dayan, de que o autor deste texto foi relator;

o investigador apresentou-a como um «work-in-progress».

⁴ A teoria do *gatekeeping*, enunciada por David Manning White em 1950, no *Journalism Quarterly*, demonstra a relação entre as escolhas dos jornalistas e os limites de espaço para publicar. A teoria do *gatebreaking* inverte o conceito de White e refere-se às estratégias de grupos concretos para contornar as regras de selecção das notícias.

⁵ As observações contidas nesta secção referem-se à observação do comportamento de diversas televisões no período entre 11 e 14 de Março. Foi analisada com particular atenção a emissão da TVE Internacional. Além da TVE e das televisões portuguesas, procedemos à análise de vários noticiários dos seguintes canais: BBC, CNN, Sky News, Euronews, RAI e TV5. Para além da observação directa, recorremos à análise do comportamento dos meios de comunicação durante esta crise de Rosa Maria Artal em *11-M - 14-M: Onda Expansiva* (2004).

BIBLIOGRAFIA

ARTAL, Rosa Maria, *11-M - 14-M: Onda Expansiva*, Espejo de Tinta, Madrid, 2004.

DAYAN, Daniel, «Madame se Meurt. Des Publics se Construisent. Le jeu des médias et du public aux funérailles de lady Diana», in *Quaderni*, n.º 38, 1999.

GALTUNG, Johan e RUGE, Mari Holmboe, «A estrutura do noticiário estrangeiro», in TRÁQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*, Ed. Veja, Lisboa, 1999.

KATZ, Elihu e DAYAN, Daniel, *A História em Directo: os Acontecimentos Mediáticos na Televisão*, Ed. Minerva, Coimbra, 1999.

LOPES DA SILVA, Manuel J., TEVES, Vasco Hogan, *Vamos Falar de Televisão*, Editorial Verbo, Lisboa, 1971.

TARDE, Gabriel, *L'Opinion et la Foule*, col. «Les Classiques des Sciences Sociales», Universidade do Quebec, edição da obra de 1901 disponibilizada através da Internet.

SCHLESINGER, Philip, «Terrorism», in SMITH, Anthony (org.), *Television: an International History*, Oxford University Press, 1995.

SEARLE, John R., *Speech Acts; An Essay in the Philosophy of Language*, Cambridge University Press, Cambridge, 1970.

RHEINGOLD, Howard, *Smart Mobs: The Next Social Revolution*, Perseus Publishing, Cambridge, 2002.